

Transformações no Espaço Rural

Gabriela Coelho-de-Souza
Organizadora

EAD
SÉRIE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



Transformações no Espaço Rural



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A DISTÂNCIA**

Secretário

Sérgio Roberto Kieling Franco

Vice-Secretário

Silvestre Novak

Comitê Editorial

Lovois de Andrade Miguel

Mara Lucia Fernandes Carneiro

Silvestre Novak

Sílvio Luiz Souza Cunha

Sérgio Roberto Kieling Franco,
presidente

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Ricardo dos Santos

Carlos Alberto Steil

Lavinia Schüler Faccini

Mara Cristina de Matos Rodrigues

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Antonio Carlos

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

Transformações no Espaço Rural

Gabriela Coelho-de-Souza
Organizadora

EAD
SÉRIE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA


UFRGS
EDITORA


SEAD
Secretaria de
Educação e Distância


CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA
**PLANEJAMENTO E GESTÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

© dos Autores
1ª edição: 2011
Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e projeto gráfico: Carla M. Luzzatto
Revisão: Ignacio Antonio Neis e Sabrina Pereira de Abreu
Editoração eletrônica: Jaqueline Moura

Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS

Coordenador: Luis Alberto Segovia Gonzalez

Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural

Coordenação Acadêmica: Lovois de Andrade Miguel

Coordenação Operacional: Eliane Sanguiné

T772 Transformações no espaço rural / organizado por Gabriela Coelho-de-Souza ;
coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso
de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento
Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
124 p. : il. ; 17,5x25cm

(Série Educação A Distância)

Inclui figuras e quadros.

Inclui Referências.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural. 3. Conflitos ambientais – Riscos – Conservação da natureza – Identidades sociais. 4. Etnoecologia. 5. Educação do campo – Transformações sociais. 6. Segurança alimentar – Segurança nutricional – Desenvolvimento rural. 7. Turismo rural – Brasil. I. Coelho-de-Souza, Gabriela. II. Universidade Aberta do Brasil. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. IV. Série.

CDU 631

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0161-6

4 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL: A CONTRIBUIÇÃO DO PLAGEDER

*Gabriela Coelho-de-Souza²⁷, Mariana Oliveira Ramos²⁸, Gladis Richa Bechara Kalil²⁹,
Danielle Finamor Rezes de Souza³⁰, Marcelo Pinto Paim³¹ e Irio Luiz Conti³²*

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo contextualizar o tema Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no debate sobre o desenvolvimento rural, refletindo sobre o papel do ensino da SAN nesse processo. Para tanto, aborda-se, num primeiro momento, a proposta da disciplina **Tópicos Especiais**, – DERAD 025, oferecida pela primeira vez no currículo do PLAGEDER, que contemplou elementos de fundamentação, diagnóstico municipal e construção de planos intersetoriais de gestão em SAN em nível municipal e regional. A seguir, discute-se a relação da SAN com as principais abordagens sobre o desenvolvimento rural, com base em Schneider (2010). Por fim,

27 Bióloga; mestre e doutora em Etnobotânica, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Pós-Doc em Desenvolvimento Rural; Professora Adjunta do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS; Professora-Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS; Professora do PLAGEDER; Coordenadora do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA); Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN).

28 Nutricionista; mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN) e do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA/UFRGS); Tutora a Distância do PLAGEDER.

29 Nutricionista; mestre em Ciência e Tecnologia Agroindustrial pela Universidade Federal de Pelotas; Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN).

30 Pedagoga; Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN); Técnica do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UFRGS (IEPE); Tutora a Distância do PLAGEDER.

31 Médico veterinário; mestre em Ciências Veterinárias pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; doutorando em Ciências Veterinárias pela UFRGS; Professor Horista da Universidade da Região da Campanha (URCAMP), Campus de Alegrete; Tutor a Distância do PLAGEDER.

32 Doutorando em Desenvolvimento Rural no PGDR; Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor Titular do Instituto Superior de Filosofia Berthier, de Passo Fundo; Professor do PLAGEDER; Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN); Membro do Fórum de Segurança Alimentar Sustentável do Rio Grande do Sul (FESANS) e Presidente da FIAN Internacional.

traça-se um breve panorama dos principais programas em SAN implementados no Brasil e no Rio Grande do Sul.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ENSINO

De modo crescente, a SAN encontra ressonância no interior das instituições de ensino e pesquisa, com o envolvimento e o engajamento de docentes e discentes na produção acadêmica em torno desse tema³³. Tal interesse justificou até a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN), em 2010, inserido nas estruturas do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS.

Partindo da experiência acumulada do NESAN, foi construída a disciplina **Tópicos Especiais**, *Segurança Alimentar e Nutricional*. A disciplina visa a propiciar elementos de fundamentação sobre a SAN com o objetivo de formar recursos humanos em políticas públicas baseadas nos princípios da soberania alimentar e do direito humano a uma alimentação adequada. Por seu caráter interdisciplinar, a disciplina, que aborda a temática da SAN, foi proposta na etapa final, pois buscou integrar conteúdos desenvolvidos ao longo do curso. Com esse escopo, os alunos foram desafiados a elaborar diagnósticos sobre as políticas em SAN em seus municípios e a propor planos de gestão em SAN visando a transformar a situação da SAN diagnosticada.

Para concretizar tal objetivo, a ementa da disciplina incorporou temas estratégicos a ela relacionados, entre os quais: a contextualização e a fundamentação da SAN; a SAN como política de desenvolvimento rural desde a década de 1990; a legislação e as políticas de SAN no Brasil; a soberania alimentar e o direito humano à alimentação adequada; a SAN e sua relação com modelos de produção e consumo de alimentos; e, finalmente, a elaboração de planos de gestão em SAN baseados na realidade local e regional dos municípios dos polos do PLAGEDER.

Ainda que o fulcro da disciplina fosse a segurança alimentar e nutricional, foi necessário trabalhar o tema em estreita relação com o direito humano à alimentação adequada e à soberania alimentar, por serem esses temas complementares e interdependentes. Dito de outra forma, esses dois princípios mais amplos adquirem sua dimensão prática na implementação de políticas públicas que se traduzem em programas e ações de SAN nos diferentes territórios da União, dos estados e dos municípios.

A disciplina foi organizada e desenvolvida em quatro módulos. No primeiro módulo, intitulado “Conceitos e Noções Fundamentais de Segurança Alimentar e Nutricional”, foram inicialmente apresentados os professores, os tutores e a dinâmica da disciplina, bem como os instrumentos e as orientações que permitiriam aos alunos

33 O fato de 23 discentes terem escolhido em 2011 a SAN para a elaboração de seus Trabalhos de Conclusão do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural evidencia o crescente potencial desse junto ao corpo discente e docente do PLAGEDER.

fazerem sua incursão na temática da SAN. Procedeu-se a uma introdução geral sobre a SAN e, a seguir, foram trabalhados alguns conceitos e noções fundamentais a partir de um vídeo e de referências bibliográficas. Partindo desse referencial, os alunos, previamente organizados em grupos, interagiram no espaço do Fórum da Plataforma Moodle e construíram, baseados em sua compreensão, o conceito de SAN que passou a integrar um Glossário de conceitos fundamentais relacionados à disciplina.

O segundo módulo abordou a “Contextualização e Fundamentação da Segurança Alimentar e Nutricional”. Apresentaram-se, de início, um histórico da constituição do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, os acordos internacionais que garantiram sua constituição e a legislação vigente no contexto brasileiro. Ao longo desse módulo, foram desenvolvidos os seguintes temas: a compreensão histórica da SAN; os processos econômicos, políticos, sociais e culturais relacionados à SAN; noções sobre soberania alimentar; instrumentos e mecanismos internacionais e nacionais de direitos humanos econômicos, sociais e culturais relacionados ao direito humano à alimentação adequada; a Declaração Universal dos Direitos Humanos; o Pacto Internacional de Direito Econômicos, Sociais e Culturais; o Comentário Geral nº 12 e as Diretrizes Voluntárias da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) para o atendimento do direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional; a legislação nacional e a institucionalização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no Brasil. Ao final desse segundo módulo, os alunos concluíram a elaboração do Glossário sobre conceitos fundamentais que interagem com a SAN, tais como direito humano à alimentação adequada, soberania alimentar, produção para o autoconsumo e agroecologia, entre outros.

O terceiro módulo tratou das “Políticas Públicas e Programas de SAN no Brasil”, nos níveis nacional, regional e local, com ênfase nos seguintes tópicos: o que são políticas públicas e políticas de SAN; os programas de SAN, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Para concluir esse módulo, os alunos construíram diagnósticos da situação da SAN em seus municípios de origem ou em suas regiões, os quais integraram os planos de gestão em SAN que foram trabalhados no módulo seguinte.

O quarto módulo teve como tema a “Soberania Alimentar, SAN e Modelos de Produção de Alimentos”. Além do estudo dos conteúdos que tratam das etapas de produção, abastecimento e comercialização de alimentos à luz dos princípios da SAN, solicitou-se que os alunos elaborassem um Plano de Gestão em SAN para seus respectivos municípios ou regiões. Esse plano devia ser construído a partir do diagnóstico elaborado no módulo anterior, com a caracterização do município ou da respectiva região, contemplando a população rural e urbana, índices de pobreza rural, produção agrícola e as organizações e movimentos envolvidos com a SAN. Além desses dados, os alunos também buscaram, na medida do possível, identificar e distinguir os programas federais, estaduais e municipais existentes e as atribuições e responsabilidades dos diferentes atores governamentais e da sociedade civil em sua implantação.

A realização do diagnóstico possibilitou a interação dos conteúdos teóricos estudados no decorrer da disciplina com as realidades nas quais os alunos estão inseridos e auxiliou-os na elaboração do Plano de Gestão em SAN. Dessa forma, eles identificaram os desafios a serem enfrentados a curto, médio e longo prazo, definiram os objetivos e propuseram as ações a serem desenvolvidas com o público prioritário, as instituições, organizações e movimentos sociais parceiros na execução do Plano, e os resultados esperados.

O diagnóstico sobre as políticas públicas existentes em SAN nos diferentes municípios alimentou o Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição no Rio Grande do Sul, o qual é disponibilizado pelo NESAN³⁴.

Os municípios ou regiões escolhidos para o desenvolvimento dos trabalhos fazem parte dos polos nos quais a disciplina foi oferecida. São eles: Arroio dos Ratos, Balneário Pinhal, Camargo, Constantina, Itaqui, Picada Café, Quaraí, Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, São Lourenço do Sul e Três Passos.

Em sua maioria, os alunos optaram por desenvolver em seus Planos de Gestão em SAN temas relacionados ao fortalecimento da agricultura familiar e da produção de alimentos, tais como:

- ▶ a ampliação da oferta de alimentos provindos da agricultura familiar para suprir a demanda do PNAE;
- ▶ a implantação de hortas comunitárias;
- ▶ a expansão do PAA;
- ▶ o auxílio à organização dos agricultores familiares para acessarem ao PRONAF;
- ▶ a racionalização na utilização da água; e
- ▶ a reativação de Unidades de Produção Agrícola através da capacitação de jovens do meio rural.

Foram abordados também outros temas, de cunho mais organizativo e de socialização do saber, tais como:

- ▶ o acompanhamento de um número crescente de famílias em situação de vulnerabilidade social beneficiadas pelo Programa Bolsa Família;
- ▶ o resgate e a valorização da cultura alimentar local e de hábitos alimentares tradicionais;
- ▶ a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- ▶ a ampliação e implantação de equipamentos públicos de alimentação e nutrição e a socialização de informações para facilitar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social a esses programas e equipamentos públicos;

34 O Observatório de Políticas de SAN no RS é acessível no site: <www.ufrgs.br/pgdr/nesan>.

- ▶ a inserção da educação alimentar e nutricional nos trabalhos das equipes da Estratégia Saúde da Família; e
- ▶ a avaliação da gestão dos recursos públicos destinados aos programas de SAN, visando a facilitar a transparência na utilização desses recursos pela população.

Os planos de gestão em SAN resultantes dos trabalhos finais elaborados pelos alunos preveem ações importantes a serem desenvolvidas em seus respectivos municípios ou regiões. Dois desses planos são apresentados a seguir, especialmente por conterem propostas que contemplam a intersetorialidade, a transversalidade e a inovação para a solidificação de ações em SAN. O primeiro trata da inserção do tema no Programa Estratégia de Saúde da Família, e foi elaborado para o município de Santo Antônio da Patrulha.

**PLANO DE GESTÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
PARA O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS**Autores³⁵:Claiton Helizandro Castilhos Santos, Diego de Oliveira Ferreira,
Dirceu Luiz Lopes Machado e Lindomar Arceno Cardoso

O Plano de Gestão em Segurança Alimentar e Nutricional para o município de Santo Antônio da Patrulha, localizado no Litoral Norte do Rio Grande dos Sul, foi elaborado a partir do diagnóstico de programas e políticas em SAN que estão sendo desenvolvidos, levando-se em consideração a caracterização da população, a produção agrícola local, a identificação dos indicadores de pobreza e as organizações e movimentos que trabalham com segurança alimentar e nutricional no município.

Os principais objetivos do plano são: promover hábitos saudáveis de alimentação; estimular a redução do desperdício de alimentos; incentivar a produção de alimentos saudáveis e sem o uso de agrotóxicos; e fortalecer as parcerias entre instituições, organizações, sociedade e empresas privadas para ações em SAN.

O Plano prevê duas linhas de ação: a implantação de hortas comunitárias em comunidades que apresentam maiores índices de insegurança alimentar e a educação alimentar e nutricional integrada ao programa Estratégia de Saúde da Família. As instituições envolvidas são: a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, a EMATER/RS, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Polo Universitário de Santo Antônio da Patrulha, além de associações de moradores e empresas privadas.

A criação de hortas comunitárias prevê a formalização de parcerias entre as instituições para a elaboração de projetos e a identificação das comunidades que serão beneficiadas. Os materiais necessários à implantação das hortas serão doados por empresas privadas através de parcerias, e a assistência técnica será realizada por técnicos da EMATER/RS. As associações de moradores serão responsáveis pela manutenção e gestão das hortas comunitárias.

A proposta de educação alimentar e nutricional prevê a integração com a Estratégia Saúde da Família. O quadro de agentes de saúde será aumentado para que essa estratégia atenda também as comunidades rurais. A capacitação desses agentes atenderá a estratégia da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), através da Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição, disponibilizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Polo Universitário de Santo Antônio da Patrulha, o SENAR e a EMATER/RS apoiarão o processo de capacitação dos agentes de saúde para a irradiação dos conhecimentos sobre a SAN. Caberá aos agentes comunitários de saúde, em suas visitas cotidianas, orientar as pessoas responsáveis pela elaboração das refeições, visando às melhores formas para a obtenção de uma alimentação saudável e sem desperdícios.

O trabalho desenvolvido em Quaraí, apresentado abaixo, propõe um instrumento que possibilita o monitoramento dos programas e a armazenagem de informações para que estas possam ser acessadas por toda a comunidade, promovendo, dessa forma, a transparência quanto à utilização dos recursos públicos em SAN.

35 Formandos do polo de Santo Antônio da Patrulha do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PLANO DE GESTÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
PARA O MUNICÍPIO DE QUARAÍ/RS**

Autores³⁶:

Aline Aguirre Vieira, Osvaldo Castilho Trindade Jr.,
Paula M. Prates e Sandro Diatel Sarate

Após a realização de um diagnóstico das políticas e programas em SAN no município de Quaraí/RS, foi constatado que existe uma grande lacuna entre as políticas propostas e sua efetividade, o que demonstrando haver necessidade de monitoramento desses programas, bem como da armazenagem de dados.

O Plano de Gestão de Riscos e Informações em SAN tem os seguintes objetivos: (i) identificar as situações potenciais de riscos nos programas de segurança alimentar desenvolvidos no município de Quaraí/RS, através de diagnósticos e do monitoramento dos programas; (ii) armazenar informações de modo que estas possam ser acessadas por toda a comunidade; (iii) atuar junto aos agricultores familiares que vivem no município para, através de diagnóstico e posterior cadastro das propriedades, identificar fornecedores potenciais para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e (iv) conscientizar os agricultores familiares quanto à necessidade de trabalho associativo, visando a reduzir as despesas com a produção e o transporte.

Esse Plano será um instrumento de gestão que possibilitará avaliar a gestão dos recursos públicos ao promover a transparência nas informações, ao mesmo tempo em que, atuando junto aos agricultores familiares, buscará promover maior adesão destes ao PNAE. O público destinatário serão os agricultores familiares do município, as pessoas beneficiárias dos programas e as instituições que participam diretamente dos programas de SAN no município, tais como a Prefeitura Municipal, a EMATER/RS, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato Rural e o SEBRAE.

Para monitorar o Plano, serão definidas situações potenciais de risco. Para permitir um melhor desenvolvimento de ações corretivas, esses riscos poderão ser classificados como elevados, moderados e fracos, de acordo com o grau de probabilidade de sua ocorrência e da gravidade de suas consequências. Serão criados métodos e procedimentos de controle e registro de atividades e informações através de reuniões periódicas internas, devidamente registradas em atas, e de um relatório anual das atividades para avaliação.

Será efetuado, além disso, o cruzamento de informações entre as entidades, os resultados das entrevistas e os resultados dos diagnósticos e ações realizadas.

Dessa forma, pretende-se fazer um balanço das medidas adotadas, avaliar o sucesso da eliminação dos riscos e o impacto das ações junto aos beneficiários e produtores rurais, para identificar as falhas no Plano de Ação em SAN.

O ensino da SAN é um espaço de articulação de temas vinculados a diferentes ciências, visando a conferir-lhe um caráter interdisciplinar. A SAN concretiza-se na dimensão política por meio dos programas e ações intersetoriais entre diferentes órgãos do governo e com uma efetiva participação da sociedade. Enfatiza-se também, em sua efetivação, a integração e a intersetorialidade entre as três esferas governamentais, com participação ativa da sociedade civil, através dos conselhos estaduais e municipais. Graças à intersetorialidade, rompe-se com os esquemas das políticas compensatórias isoladas e pouco eficazes.

36 Formandos do polo de Quaraí do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Diversos diagnósticos e planos de gestão elaborados nesta disciplina trouxeram à tona a importância da educação alimentar e ambiental, ressaltando as relações entre SAN, modelos de produção de alimentos e uso e conservação de recursos naturais. Desde a transição nutricional no Brasil, registrada a partir dos anos 1990 (BATISTA, 2003), quando os índices de desnutrição passaram a ser iguais ou superados pelos índices de sobrepeso e obesidade, há consenso quanto à importância do debate em torno do padrão alimentar contemporâneo (DIEZ GARCIA, 2003; BLEIL, 1998; OLIVEIRA; THEBAUD-MONY, 1996; MONDINI; MONTEIRO, 1994).

O padrão alimentar atual, baseado em alimentos industrializados, processados a partir de uma diversidade cada vez menor de itens, promove a agricultura de *commodities* ao mesmo tempo em que reduz a agrobiodiversidade e as culturas locais, aumenta a degradação ambiental e os índices de doenças crônicas associadas a uma alimentação rica em gordura, sal e açúcar e pobre em nutrientes.

Nesse sentido, as ações propostas pelos Planos de Gestão em SAN beneficiam as diferentes dimensões e setores relacionados, aproximando a agricultura, a saúde, o meio ambiente, a cultura e a educação. A instituição das Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISANs) nas três esferas de governo, conforme prevê o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, é a condição para que tais ações avancem, consolidando modelos de desenvolvimento alicerçados na equidade, na soberania alimentar e no direito humano à alimentação adequada.

Experiências de construção da Soberania Alimentar e SAN nas cinco regiões do país foram sistematizadas em 2010 pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Neste trabalho, foram identificadas cinco dimensões articuladoras da Agroecologia e da SAN: (i) diversificação da produção de alimentos e agrobiodiversidade; (ii) estabelecimento de novas relações de mercado; (iii) resgate de culturas alimentares; (iv) educação alimentar e para o consumo; e (v) políticas públicas e mercados institucionais (ANA, 2010).

Das oito experiências sistematizadas, sete são desenvolvidas no espaço rural. Entre as ações desenvolvidas nessas experiências, contam-se:

- ▶ incentivo à troca de práticas e saberes sobre plantas nativas entre as comunidades;
- ▶ apoio à produção para o autoconsumo, com diversidade de itens, resgate de culturas e de um mais-valia no ser agricultor(a);
- ▶ estabelecimento de feiras agroecológicas (que passam a ter periodicidade semanal, tornando-se um espaço fixo e diário de comercialização, administrado por associações compostas pelas famílias que produzem e vendem);
- ▶ assessoria técnica à produção de alimentos e madeira em sistemas agro-florestais;
- ▶ implantação de bancos comunitários de sementes;

- ▶ incentivo ao processamento de alimentos pela agricultura familiar e desenvolvimento de produtos a partir de frutas nativas, para a geração de renda e conservação de espécies;
- ▶ desenvolvimento de oficinas de educação popular e teatro junto às comunidades rurais, como instrumentos de sensibilização para práticas agroecológicas de produção de alimentos;
- ▶ difusão e implantação de tecnologias para a proteção de fontes; e
- ▶ captação e armazenamento de água.

Essa grande diversidade de ações concretas no meio rural das cinco regiões do Brasil, com suas diferenças e especificidades, reforça a relação entre a garantia da SAN e a produção sustentável de alimentos. Em 2005, a FAO já havia divulgado que o mundo produzia mais alimento do que necessitava para suprir as necessidades nutricionais de sua população. Mesmo assim, o argumento daqueles que promovem a agricultura empresarial era o mesmo dos anos 1960, quando impulsionaram a Revolução Verde: é necessário aumentar a produção de alimentos para atender a crescente população humana. Com base nesse argumento e na melhoria da qualidade nutricional de algumas plantas, as empresas transnacionais produtoras de sementes pressionaram pela liberação do cultivo de transgênicos no Brasil. E lograram êxito, embora muitos argumentos possam ser facilmente questionados pela comunidade científica, especialmente por violarem o princípio da precaução.

O ensino sobre SAN no Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural aproxima questões debatidas em diferentes disciplinas, especialmente porque requer a articulação desses conteúdos para a realização das atividades solicitadas, a exemplo da intersetorialidade, requerida nas ações propostas pelos Planos de Gestão elaborados pelos alunos. Ao aproximar diferentes problemáticas da atualidade, tais como a questão ambiental, as políticas econômicas e de desenvolvimento rural, a saúde pública e a educação alimentar, o ensino da SAN comprova sua relevância e sua atualidade. E, ao articular-se às temáticas do desenvolvimento rural, também viabiliza a aproximação entre espaços de trabalho profissional possíveis e necessários para egressos do curso.

DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Nos últimos anos, diferentes concepções buscam relacionar o desenvolvimento rural e seu caráter multifacetário com a SAN em suas diversas dimensões. As políticas públicas, especialmente aquelas que visam a fortalecer a agricultura familiar, trazem esse enfoque, que, cada vez mais, se torna incontornável e enriquece as concepções e práticas que concernem a esses dois grandes temas.

De acordo com Schneider (2010), o debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil emergiu e se consolidou como questão e tema de interesse na década de 1990, inicialmente a partir de reflexões de estudiosos e mediadores sobre os processos

sociais relacionados à agricultura familiar. Desse processo, nasceram dois modelos de agricultura, uma voltada à produção e à comercialização de *commodities*³⁷ e a outra baseada nas características da agricultura familiar. Esse novo olhar do Estado sobre o espaço rural resultou na implementação de políticas que dinamizaram a agricultura familiar, com ações na área de crédito agrícola, reforma agrária e apoio aos assentamentos. Posteriormente, tais ações se expandiram com temas como políticas de segurança alimentar e nutricional, combate às formas precárias de trabalho, regularização fundiária, apoio aos povos indígenas e às comunidades tradicionais e promoção do desenvolvimento territorial.

Essas políticas de intervenção e seu caráter normativo, além do processo de descentralização política e financeira do Estado instaurado pela Constituição Federal de 1988, influenciaram fortemente o debate sobre o desenvolvimento rural naquela década. Nesse processo, a sociedade civil organizada passou a participar do novo modelo de gestão, por meio de movimentos sociais, de organizações não governamentais e da implementação de conselhos de políticas públicas constituídos por membros da sociedade civil e das esferas governamentais.

A SAN é um dos marcos dessa trajetória. De acordo com Conti (2009), surgiram, na década de 1990, inúmeras organizações, articulações e redes da sociedade civil, com destaque para as da agricultura familiar, suscitando profícuas discussões e repercussões sobre as propostas de SAN no Brasil. Esse processo conduziu à ampliação e ao enriquecimento do conceito de SAN, com a incorporação de itens como qualidade dos alimentos, direito à informação, autonomia nas decisões sobre a produção e o consumo, respeito às tradições culturais e aos hábitos alimentares, manejo sustentável dos recursos naturais em toda a cadeia alimentar, além da preocupação ética com as gerações atuais e futuras.

Entre os principais temas abarcados pela SAN, destacam-se a pobreza, a fome, as questões de saúde vinculadas aos processos de alimentação e nutrição, tais como a desnutrição, o sobrepeso e a obesidade. Na década de 1990, superou-se a visão estreita, anteriormente dominante, que concebia a fome como um tema inexpressivo e natural (CASTRO, 2003). Essa nova concepção compreende-a como um tema multidisciplinar, em estreita interface com a política. Nessa perspectiva, a superação da fome é inseparável da SAN, integra as metas do combate à pobreza e é assumida como um dos temas associados ao desenvolvimento rural. No âmbito da política, ela passa a ser objetivo de políticas públicas de várias pastas governamentais, como as dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde e do Meio Ambiente. A partir desse novo olhar, a fome passou a ser um dos temas transversais, objeto de políticas intersetoriais em todas as esferas que compõem o Estado e nos diferentes âmbitos da sociedade brasileira.

37 São produtos padronizáveis, que podem ser estocados e transacionados internacionalmente. As principais *commodities* são os grãos (milho, soja e trigo), o álcool, o algodão e carnes (meia carcaça e cortes congelados) (WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010, p. 12).

Desse modo, conforme Conti (2009), através da criação, ampliação e implementação progressiva de um conjunto de políticas, programas e ações, a SAN atingiu um estágio importante em seu processo de institucionalização, através da criação e promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, normalmente chamada de LOSAN (BRASIL, 2006a). Essa Lei incorporou os avanços, especialmente aqueles oriundos dos debates efetuados em espaços da sociedade civil e das conferências nacionais de SAN, como a ocorrida em 2004, e culminou com a definição que atualmente rege a compreensão de SAN:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006a, art. 3º).

A LOSAN cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Esse sistema é regulamentado pelo Decreto nº 7.272 (BRASIL, 2010b), que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), a qual propõe uma gestão intersetorial, participativa e em articulação corresponsável entre as três esferas de governo, para acelerar, de forma progressiva, a implementação de programas e ações de SAN que visem à efetivação do direito humano à alimentação adequada, conforme preceitua o artigo 6º da Constituição Federal³⁸.

De acordo com o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, “o direito humano à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção” (ONU, 1999, par. 6º). Essa compreensão foi inteiramente absorvida pela LOSAN:

A alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar da população (BRASIL, 2006a, art. 2º).

A partir da década de 1990, torna-se relevante, de acordo com Schneider (2010), entender a forma como a SAN é incorporada às diferentes vertentes do de-

38 A Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, incorpora a alimentação ao artigo 6º da Constituição Federal, que ficou com a seguinte redação: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

bate sobre o desenvolvimento rural. O autor expõe quatro abordagens centrais que estão sendo discutidas atualmente no contexto do desenvolvimento rural no Brasil.

A primeira, proposta por Veiga e Abramovay, versa sobre as instituições, a inovação e a sustentabilidade. Nessa abordagem, há consenso sobre o reconhecimento e a valorização da agricultura familiar e de seu potencial dinamizador das economias locais. São a capacidade de inovação dos agricultores familiares e sua interação com as instituições locais os fatores responsáveis pela ampliação da geração de renda e da agregação de valor a seus produtos, bem como pela redução de custos de transação e pelo estímulo às economias de escopo.

Não se trata de querer enquadrar a SAN em uma ou outra dessas concepções de desenvolvimento rural em debate, mas a primeira delas detém diversos traços que identificam e aproximam os dois temas em uma perspectiva estratégica, especialmente na região Sul do Brasil. Entre esses traços, pode-se destacar a conjugação entre a produção familiar diversificada para o autoconsumo e a comercialização do excedente para a agregação de renda, a produção para o abastecimento local de feiras e mercados institucionais e a produção de alimentos mediante a utilização de matriz agroecológica. Estas são algumas das formas de organização da produção que aproximam entre si as cadeias de produção e consumo alimentar e mostram sua sustentabilidade social, econômica e ambiental.

A segunda abordagem, capitaneada por José Graziano da Silva³⁹, refere-se ao novo rural brasileiro, que contempla famílias pluriativas, as quais combinam atividades agrícolas e não-agrícolas e promovem a integração intersetorial, da agricultura com o comércio e serviços, e interespaçial, do rural com o urbano. Nessa perspectiva, segundo Schneider (2010), desenvolvem-se no rural três grupos de atividades:

[...] a agropecuária moderna baseada em *commodities* e intimamente ligada às grandes agroindústrias; um conjunto de atividades não-agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e, por último, um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos de mercado (p. 521).

Os grupos não inseridos na rururbanização, considerados em estado de pobreza e vulnerabilidade social, seriam beneficiários de políticas compensatórias. Incluem-se neles os povos e comunidades tradicionais. De acordo com Baptista (2011), as instituições que trabalham com os guaranis na região metropolitana classificam sua situação de subsistência como “precária”. A precariedade de condições a que os guaranis estão expostos é reconhecida pelo Estado, quando os qualifica como população em situação vulnerável beneficiária de programas de alívio à pobreza e inclusão

39 José Graziano da Silva, coordenador do Projeto Rurbano, foi Ministro do Desenvolvimento Agrário no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nos anos de 2003-2005. Em 2011, foi eleito Diretor Geral da FAO.

social. Por sua vez, Anjos (2003) problematiza a classificação dos povos indígenas e das comunidades tradicionais como grupos pobres, ao afirmar:

É preciso considerar que definições objetivas do que seja a pobreza não são apenas objetos de controvérsia e lutas sociais entre instituições profundamente engajadas em modelar as arenas públicas de intervenção sobre populações assim consideradas, mas também que, em diferentes circunstâncias, grupos sociais estão mais ou menos propensos a se assumir no interior da categoria conforme as vantagens que tal identidade possa momentaneamente proporcionar e que atores externos nem sempre têm poder de imputação de uma identidade – de pobre – que é quase sempre estigmatizante.

Associando-se a essa crítica, Coelho-de-Souza (2010) ressalta que, a partir do processo de modernização da agricultura, os conhecimentos locais e a agrobiodiversidade estão sendo transformados em importantes insumos para os mercados agroalimentares, que passam a se tornar cada vez mais privatizados. Sob essa ótica, fica explicitada a dependência dos mercados em relação a inovações representadas pelos conhecimentos das comunidades locais, evidenciando que estas não estão desadaptadas dos mercados, sequer distantes deles. Além disso, a condição de pobreza a elas atribuída é apenas uma das estratégias de dominação que as mantêm na situação de vulnerabilidade social, por desestabilizar seus sistemas tradicionais, levando-as à insegurança alimentar e nutricional.

Segundo Graziano da Silva (1999), além dos povos e comunidades tradicionais, há os “sem-sem”, que são os excluídos e desorganizados, que não têm terra, nem emprego, nem educação, nem saúde, nem renda, nem organização social. Por influência dessa concepção, foi proposta, inicialmente, a estratégia Fome Zero, com o intuito de suprir demandas emergenciais, e estruturantes em SAN, de amplas camadas de populações ainda subjugadas à extrema pobreza (INSTITUTO CIDADANIA, 2001), embora prevaleçam as medidas emergenciais em detrimento das reivindicadas políticas estruturantes.

Aqui se destacam programas de ampla abrangência nacional, instituídos a partir de 2003, entre os quais o Programa Bolsa Família (PBF), programa de transferência direta de renda condicionada para 12,2 milhões de famílias em situação de vulnerabilidade social; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operado em diversas modalidades, que viabiliza a compra de produtos alimentícios diretamente de agricultores familiares, de assentados da reforma agrária, de povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e para distribuição à população em situação de insegurança alimentar e nutricional através de entidades socioassistenciais e de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, contribuindo para o desenvolvimento local, a valorização e o fortalecimento da cultura alimentar regional; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído em Lei (BRASIL, 2009), que garante alimentação de qualidade a 47 milhões de estudantes da rede

pública, desde o ensino fundamental até o ensino médio e de jovens e adultos, e é considerado hoje um dos maiores programas de segurança alimentar do mundo.

A terceira abordagem, intitulada por Schneider (2010) de “a força da tradição e os limites históricos e sociais ao desenvolvimento rural”, é desenvolvida por José de Souza Martins e Zander Navarro, entre outros. Esses autores partem do estudo do clientelismo, do patriarcalismo e de comportamentos e práticas sociais e políticas baseadas nas formas de dominação, segundo Max Weber. Ressaltam que a mudança a ser promovida no espaço rural consiste na promoção de processos radicais de democratização que libertem os indivíduos e grupos sociais da tutela e do controle exercidos pelas elites e pelos mediadores, tais como agentes da Igreja, do Estado, dos partidos políticos e dos movimentos sociais.

Autores como Zimmermann (2009) e Valente (2002) valem-se de elementos dessa abordagem para demonstrar que as políticas de SAN condicionadas, como o Bolsa Família, a graus mais ou menos elevados de dependência de seus beneficiários não ajudam os indivíduos a se automatizarem em sua organização e produção familiar, podendo reproduzir novas formas de dominação e paternalismo, sem emancipação social e econômica. Não raro, o Programa Bolsa Família, que beneficia inúmeras famílias rurais no Brasil, é interpretado como uma forma de assistência que contribui para a segurança alimentar de famílias rurais que vivem na extrema pobreza, mas apresenta baixo potencial de inovação na agricultura familiar e de superação das condições estruturais que perpetuam a pobreza no espaço rural.

A quarta abordagem, intitulada “um enfoque agroalimentar para o desenvolvimento rural”, é desenvolvida, principalmente, por Wilkinson. Ela parte de estudos sobre a agricultura moderna e as cadeias agroalimentares, para analisar as formas de integração da agricultura familiar nessas cadeias, analisando aspectos sociais envolvidos nesse processo. Segundo Schneider (2010), busca-se “entender em que condições os agricultores familiares e suas organizações podem fazer frente aos desafios colocados pela forma atual como o capitalismo opera na agricultura e na produção de alimentos” (p. 525).

Essa abordagem lança mão do estudo das formas de gestão, administração, tomada de decisão, inovação, acesso a mercados e comercialização, para fomentar a organização de redes sociotécnicas e de cadeias curtas de produção e desenvolver habilidades com o objetivo de construir os novos mercados em um contexto de “economia da qualidade”⁴⁰.

Tais mercados, nos quais se inserem programas sociais como o de alimentação escolar e o de aquisição de alimentos da agricultura familiar, estão voltados principalmente à dinamização do desenvolvimento local. No âmbito das políticas de SAN, esses novos mercados relacionam-se com os mercados institucionais, como aqueles promovidos a partir do PAA e do PNAE. O PAA, não obstante sua ampla aceitação,

40 A economia da qualidade refere-se a múltiplas formas de construção social (*embeddedness*) da percepção do que é qualidade, que pode estar presente na oferta de produtos tradicionais, artesanais ou regionais.

ainda carece de uma legislação que viabilize sua institucionalização⁴¹, facilite sua operacionalização e amplie sua abrangência, tanto na produção quanto no consumo.

O PNAE teve nova regulamentação aprovada em junho de 2009, quando da promulgação da Lei nº 11.947, que estabelece que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo governo federal para a alimentação escolar devem ser destinados à aquisição de produtos provindos diretamente da agricultura familiar e de povos indígenas e comunidades tradicionais, inclusive com dispensa de processo licitatório. Ambos os programas acrescem em 30% o valor pago pelos produtos originados da produção orgânica e agroecológica, como forma de estimular a produção e o consumo de alimentação saudável, livre de agrotóxicos e de transgênicos.

O cumprimento da exigência da aquisição de pelo menos 30% nessa modalidade contribui, por um lado, para o fortalecimento da organização da agricultura familiar, a fim de que ela ocupe, de modo crescente, seu espaço no abastecimento desse mercado que se abriu. Contribui, por outro lado, para a qualificação dos cardápios escolares e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, uma vez que estes passaram a contar com maior quantidade, diversidade e regularidade de alimentos, especialmente frutas e hortaliças produzidas no município ou na região, o que representa uma alimentação culturalmente adequada e saudável. Nesse sentido, a execução do PNAE e do PAA nos municípios, no formato estabelecido pela Lei 11.947 e pela legislação específica do PAA, potencializa a relação indissociável entre a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento rural.

De acordo com Morgan (2008), os programas de abastecimento impulsionados pelo Estado evidenciam que os recursos públicos podem ser utilizados para promover o desenvolvimento rural, garantindo a produção, o abastecimento e o consumo. Reforçando essa perspectiva, Froehlich (2010) demonstra que a aquisição dos gêneros alimentícios diretamente dos agricultores familiares locais constitui um espaço de encontro entre a SAN e o desenvolvimento rural, em consonância com os princípios da LOSAN. De acordo com os princípios consolidados no artigo 4º dessa Lei (BRASIL, 2006a), são atribuições da SAN:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

41 Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.680/2009, apresentado pelo Executivo em substituição a um projeto originalmente apresentado pelo Deputado Marco Maia, que visa a institucionalizar o PAA como política pública, e um Projeto de Lei que cria a Política Nacional de Abastecimento. A aprovação de ambos os projetos significaria o fortalecimento das cadeias curtas de produção e consumo.

III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;

V – a produção de conhecimento e o acesso à informação; e

VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.

Este sobrevoo permite visualizar a situação de fortalecimento da agricultura familiar, especialmente daquela que se encontra em fase de consolidação, graças aos programas e às políticas de SAN, entendidas como políticas de desenvolvimento rural. O censo agropecuário de 2006 (BRASIL, 2006c) evidenciou que a agricultura familiar está estabelecida em 24,3% do total da área ocupada pelas propriedades agrícolas, representando 84% das propriedades brasileiras. Ela é a principal produtora de alimentos básicos, tais como mandioca (87%), feijão (70%), milho (46%), arroz (34%), leite (58%), carne suína (59%) e aves (50%). Ao mesmo tempo, a agricultura familiar emprega 12,3 milhões de pessoas, o que representa 74,4% do pessoal empregado em propriedades agrícolas. Ainda que ocupe somente $\frac{1}{4}$ da área agrícola brasileira, ela emprega a grande maioria da população rural com renda agrícola e produz a maior parte dos alimentos do povo brasileiro, constituindo-se na principal abastecedora e promotora da segurança alimentar e nutricional.

É nesse contexto, de consolidação da SAN como tema estratégico no desenvolvimento rural, que se verifica uma demanda crescente do ensino de SAN, que venha a fomentar iniciativas acadêmicas e políticas públicas nas esferas estaduais e municipais que associem esse tema ao desenvolvimento rural.

POLÍTICAS E PROGRAMAS DE SAN QUE POTENCIALIZAM O DESENVOLVIMENTO RURAL

O processo de discussão, construção e implementação de políticas e programas de SAN no Brasil apresenta dois traços relevantes que importa detalhar. Por um lado, o debate sobre a SAN é fortemente influenciado pelas organizações e movimentos sociais que emergiram ao longo da segunda metade do século XX. Estes, conforme Dagnino (2002) e Gohn (2003), especialmente a partir da década de 1990, passaram da resistência e contestação a uma atitude de proposição, com expressiva ocupação de espaços públicos e participação na proposta e elaboração de políticas públicas, entre as quais aquelas voltadas à saúde, à educação, à agricultura familiar e à SAN. Aos poucos essa experiência da sociedade civil vai influenciando o Estado no sentido de reconhecer e adotar diversas dessas políticas.

Os casos do PAA e do PNAE são exemplares, pois ambos os programas foram forjados no interior de organizações sociais, e o termo de sua elaboração teve um de seus lócus no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Na esfera municipal, Baptista e Coelho-de-Souza (2011) caracterizam a adequação de uma ação em SAN às lógicas dos mbyá-guarani na região metropolitana de Porto Alegre. Nesse caso, os guarani que recebiam cestas básicas exigiram que elas contivessem farinha de trigo, farinha de milho, erva-mate e mel, alimentos necessários à sua alimentação tradicional, o que gerou um impasse, pois o mel encarecia o valor das cestas. Estas são distribuídas pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC)⁴², que assumiu a reivindicação dos guarani e fez uma adequação, retirando a sardinha enlatada e diminuindo a quantidade de açúcar. As autoras ressaltam que, embora essas ações se aproximem das lógicas guarani, para eles, “a verdadeira segurança alimentar está na possibilidade de praticar sua agricultura tradicional e consumir seus alimentos tradicionais” (p. 94).

A Emenda Constitucional nº 64, que inclui a alimentação entre os direitos sociais fundamentais consagrados no artigo 6º da Constituição Federal, é outro exemplo desse processo de mobilização social⁴³. Pois uma demanda social foi transformada em lei, graças a uma mobilização social de amplo espectro de organizações e movimentos sociais articulados em torno do CONSEA e à sensibilidade dos legisladores. Da mesma forma, a experiência da construção de cisternas no semiárido brasileiro é uma expressão da ação de organizações sociais unidas em torno da Articulação do Semiárido (ASA), que desencadearam diversas iniciativas de acesso à água e à SAN que foram, aos poucos, sendo adotadas pelo Estado brasileiro como políticas públicas de desenvolvimento e convivência com o semiárido.

Por outro lado, o governo federal vem adotando, nos últimos anos, sistematicamente, um conjunto de medidas que se traduzem em políticas públicas indutoras de novas ações nos estados e municípios. Na SAN, isso se concretiza através da adoção de programas abrangentes que potencializam a agricultura familiar e a SAN, entre os quais o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Bolsa Família (PBF), o Programa de Aquisição de Alimentos e outros tantos programas e ações que totalizam mais de 162 iniciativas em SAN no Brasil (BRASIL, 2006b).

O Programa Bolsa Família transfere diretamente renda às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, contribuindo para assegurar que a população mais vulnerável à fome amplie suas condições de adquirir seus alimentos essenciais. O PNAE transfere recursos financeiros federais para que os estados e municípios adquiriram gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar. O PAA possibilita o acesso a alimentos de qualidade, na quantidade e com a regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, contribuindo para a dinamização da

42 A FASC tem como missão formular, gerenciar e executar a política de Assistência Social no município de Porto Alegre.

43 Ver, supra, a nota 38.

agricultura familiar em pequena escala. O PRONAF viabiliza diversas modalidades de crédito para o fortalecimento da agricultura familiar, com baixas taxas de juros e baixas taxas de inadimplência por parte dos agricultores familiares. Esses quatro programas apresentam um potencial inovador para o desenvolvimento rural em escala familiar, propiciando agregação de renda e incremento na segurança alimentar e nutricional.

O Rio Grande do Sul foi um dos primeiros estados do Brasil a aprovar sua Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (RIO GRANDE DO SUL, 2007) e, na sequência, aprovou a criação da Câmara Intersetorial de SAN⁴⁴. O estado também conta com expressiva quantidade de programas e ações federais de SAN em diferentes estágios de implantação, destacando-se entre os demais estados da Federação pela implantação do PAA e do PNAE na maioria de seus municípios. A existência de um grande número de estabelecimentos caracterizados como sendo de agricultura familiar facilitou a disseminação e a implementação desses programas nos municípios.

Todos os polos do PLAGEDER contaram com a participação de alguns alunos que frequentaram esta disciplina sobre SAN. E todos eles, indistintamente, mencionaram que, em seus respectivos municípios, existe pelo menos um programa de SAN em andamento. O Programa Bolsa Família e o PNAE estão presentes em todos os municípios de proveniência dos alunos da disciplina. Já o PAA não atinge a totalidade desses municípios, mas está presente na maioria deles. Isso vem a confirmar o quanto tais programas de abrangência nacional contribuem para a dinamização da agricultura familiar e o desenvolvimento rural, ao mesmo tempo em que requerem ser fortalecidos para cumprirem a missão para a qual foram instaurados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

ANJOS, José Carlos dos. Raça e pobreza rural no Brasil Meridional: a comunidade de São Miguel dos Pretos – um estudo de caso. *Teoria e Pesquisa*, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, v. 1, n. 42/43, p. 199-220, jan./jul. 2003. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/61/51>>. Acesso em: 10 maio 2010.

BAPTISTA, Marcela Meneghetti. *O mbyá reko (modo de ser guarani) e as políticas públicas na região metropolitana de Porto Alegre: uma discussão sobre o etnodesenvolvimento*. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

44 A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional foi criada em 2009 e instalada em 2011.

BATISTA FILHO, Malaquias; RISSIN, Anete. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, p. S181-S191, 2003.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan./jun. 2003.

BLEIL, Susan Inez. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. *Cadernos de Debate*, Campinas, v. 6, p. 1-25, 1998.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006a. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Normalmente chamada de LOSAN.

_____. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. *Lei de Segurança Alimentar e Nutricional: conceitos*. Brasília, 2006b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. *Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006*. 2006c. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/sites/default/files/cartilha%20ibge%20agricultura%20familiar.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2011.

_____. *III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional*. Relatório Final 2007. Brasília, 2007.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

_____. *A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais*. Brasília, 2010a.

_____. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010b. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

CASTRO, Anna Maria de (Org.). *Fome: um tema proibido*. Últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. O dilema brasileiro: pão ou aço. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. Modernização da agricultura e o agravamento da insegurança alimentar no Brasil: o papel das populações locais e sua agrobiodiversidade. In: SILVA, Valdeline Atanzio da; ALMEIDA, Alyson Luiz Santos de; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de (Org.). *Etnobiologia e Etnoecologia: pessoas & natureza na América Latina*. Recife: Nuppea, 2010. p. 65-85.

CONTI, Irio Luiz. *Segurança alimentar e nutricional: noções básicas*. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier – IFIBE, 2009.

DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.

D'ÁVILA, Cláudia Romeiro; ROVERSI, Mariana Menezes Santarelli. Programa de Aquisição de Alimentos. In: CONTI, Irio Luiz (Org.). *Programa de Aquisição de Alimentos: uma inovação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional*. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier – IFIBE, 2010. p. 21-32. (GenteSan, 3).

DIEZ GARCIA, Rosa Wanda. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 16, n. 4, p. 483-492, out./dez. 2003.

FROELICH, Elizângela. *A capacidade de “fazer diferente”*: os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do Programa de Alimentação Escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS). 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GAZOLA, Marcio. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GOHN, Maria da Glória Marcondes (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Instituto de Economia, Ed. da UNICAMP, 1999. (Pesquisas, 1).

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*. 2001. Disponível em: <www.fomezero.gov.br/download/livro_projeto%20fome.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2011.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; VALENTE, Flávio Luiz Schiecki. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. *Revista Cadernos de Debate*, Campinas, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, v. 4, p. 66-88, 1996.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco. *Segurança alimentar*. 2000. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/download/tconferencias_Maluf_Menezes_2000_por.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2011.

MONDINI, Lenise; MONTEIRO, Carlos A. Mudanças no padrão de alimentação da população urbana brasileira (1962-1988). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 28, n. 6, p. 433-439, 1994.

MORGAN, Kevin. Greening the realm: sustainable food chains and the public plate. *Regional Studies*, London, v. 4, p. 1237-1250, Sept. 2008.

OLIVEIRA, Silvana Pedroso; THÉBAUD-MONY, Annie. Modelo de Consumo Agroindustrial: Homogeneização ou Diversificação dos Hábitos Alimentares? *Revista Cadernos de Debate*, Campinas, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, v. 4, p. 1-13, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos. *Comentário Geral nº 12*. O direito humano à alimentação, 1999. Disponível em: <<http://www.abrandh.org.br/download/20100702204835.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

RIGON, Sílvia do Amaral et al. (Org.). *Soberania e segurança alimentar na construção da agroecologia: sistematização de experiências*. Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia – GT SSA/ANA. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 12.861, de 18 de dezembro de 2007. Institui o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul – SISANS-RS.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, jul./set. 2010.

VALENTE, Flávio Luiz Schiecki. *Direito humano à alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez, 2002.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

WAQUIL, Paulo Dabdab; MIELE, Marcelo; SCHULTZ, Glauco. *Mercado e comercialização de produtos agrícolas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010. (Educação a Distância, 16).

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. As políticas sociais e os direitos: alguns apontamentos sobre o Programa Bolsa Família no Nordeste. *Política Hoje*, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, v. 18, p. 342-366, 2009.